

DE SELVAGEM A XOKLENG: NOMEAR PARA CONTROLAR

FROM WILD TO XOKLENG: NAME TO CONTROL

Rodrigo Wartha¹

Resumo: Este artigo analisa a forma como o indígena na região catarinense do Vale do Itajaí passou a ser descrito pela sociedade regional. Deste modo, o ato de classificar o outro, está associado às relações de poder. Bugre, selvagem, entre outras denominações pejorativas revelam uma sociedade preconceituosa e que ao nomear, pretende criar tanto a representação do indígena como lhe estabelecer um lugar social. Atualmente, o povo Xokleng se reconhece como Laklãnõ, onde está autoidentificação promove uma perspectiva indígena do passado regional, inclusive denunciando as relações de poder iniciadas com a colonização europeia. Para a compreensão deste processo, as fontes mobilizadas vão desde a construção das primeiras nomeações criadas pelos europeus, passando por definições desenvolvidas por antropólogos, e por fim a autoidentificação construída pelos próprios indígenas.

Palavras-chave: Laklãnõ; Indígena; História.

Abstract: This article analyzes the way in which indigenous people in the Itajaí Valley region of Santa Catarina came to be described by regional society. In this way, the act of classifying others is associated with power relations. Bugre, “savage”, among other pejorative denominations reveal a prejudiced society that, when naming, intends to create both the representation of the indigenous person and establish a social place for them. Currently, the Xokleng people recognize themselves as Laklãnõ, a self-identification that promotes an indigenous perspective regional past, including denouncing the power relations that began with colonization. To understand this process, utilized sources ranges from the construction of the first names given by Europeans, through definitions developed by anthropologists, and finally the self-identification constructed by the indigenous people themselves.

Keywords: Laklãnõ; Indigenous; History.

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Membro dos Grupos de Pesquisas: Linguagens e Representação (UDESC) e Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento – GPEAD (FURB). E-mail: warthageo@yahoo.com.br; bolsista do programa Uniedu/Fundes pós-graduação. Orcid: 0000-0001- 6629-0723. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/4859525921466088

PALAVRAS INICIAIS

Até a chegada do projeto de colonização, o povo Laklãnõ circulava em um território que se estende de Curitiba até Porto Alegre, e com os processos de ocupação deste espaço pelos projetos coloniais, foi se fixando no Vale do Itajaí, na região de Santa Catarina, especificamente entre o litoral e a serra; esta última, região ocupada por tropeiros e criadores de gado, sobretudo, as cidades de Lages e Curitibanos, isto em meados do século XVIII. Posteriormente com chegada dos imigrantes europeus no Vale do Itajaí a partir da metade do século XIX, um verdadeiro barril de pólvora se instalou na região, e que culminou com lutas pela sobrevivência e a consequente criação do ofício do bugreiro, e a naturalização das mortes indígenas nas últimas décadas do século XIX, estes elementos foram responsáveis pela definição do território, e projeção de ações entre o indígena e a sociedade regional no Vale do Itajaí com suas feridas até a atualidade². Mas antes mesmo dos contatos físicos mais próximos, e as dificuldades de sobrevivência, disputando um mesmo ambiente com o *homem branco*, no Vale do Itajaí, levou este indígena a ser protagonista nos confrontos com criadores de gado na região serrana, a partir da década de 1830, como atesta Silvio Coelho dos Santos (1973), e José Maria de Paula (1924). Assim, podemos perceber, como este território, que no passado era de vivência Laklãnõ, passou a ser disputado em função da nova e desafiadora realidade – a sobrevivência do indígena em um mundo que se transformava frente a seus olhos diante de um novo cenário, o combate com o europeu no Vale do Itajaí.

Por mais paradoxal que possa parecer, as disputas pela sobrevivência não ficaram centradas no território e em seus recursos naturais, estas grafadas pelos conflitos, seguidos quase sempre de mortes destes indígenas. Ou dito de outra forma, a sociedade forjada a partir de então, estaria em disputa, e seu primeiro combate, o que antecedeu a luta pelo território foi a nomeação dos próprios sujeitos – colonizador e colonizado. Além de todos os desafios enfrentados pelos indígenas no Brasil, o Laklãnõ no Vale do Itajaí, possui o desafio adicional de estar em uma região que se autoproclama de europeia – o Vale do Itajaí, nas últimas décadas vem se esforçando com ações no patrimônio material e imaterial para ser identificado como o Vale Europeu. A celebração anual da festa da cerveja, a Oktoberfest na cidade de Blumenau, ressoa como um dos grandes bastiões de uma história única tanto quanto eurocêntrica, onde a região busca elementos que a identifiquem com um passado

² A Terra Indígena Ibirama La – Klãnõ abrange quatro municípios catarinenses, três do Vale do Itajaí, a saber: José Boiteux, Vitor Meireles e Doutor Pedrinho, além de Itaiópolis no Planalto Norte. Além da etnia Laklãnõ, nesta Terra Indígena convivem sujeitos Kaingang, Guarani e não-indígenas, deste modo totalizando dois mil e quatrocentos e onze pessoas. Entre os Laklãnõ somam-se duas mil cento e cinquenta e três pessoas (BRIGHENTI, 2023). Esta é a área *Regularizada* de 14.084,886 hectares, entretanto, há uma disputa pela ampliação e demarcação, que levaria a área para 37.108,000 hectares, que além das cidades citadas, abrange Rio Negrinho, esta também no Planalto Norte. Dentro desta distribuição geográfica é importante salientar a presença de membros do grupo Laklãnõ vivendo em áreas urbanas de cidades da região.

heroico da colonização europeia. Nesta esteira, a história se converteu na matéria prima que legitima esta trajetória e cria estas demarcações identitárias como nos disse Eric Hobsbawm (1998). É neste cenário, em que o indígena, o Laklãnõ, que vive na região, busca cunhar sua autoidentificação e também sua história.

O “ÍNDIO” E O “BRANCO”, A CONSTRUÇÃO DO OUTRO NO VALE DO ITAJAÍ ³

Com a chegada do europeu na América no século XV, logo diversas notícias sobre os habitantes do *Novo Mundo* chegaram na Europa. Muitas fantasiosas e irreais, mas que de todo modo, foram utilizadas para balizar relações futuras. Antes mesmo dos contatos físicos, muita projeção fora criada sobre o indígena. Muito além de simples nomeação, impor a definição do outro nesta arena, passou a ser, por consequência, a própria definição de si. Fato que para Ronald Raminelli fundamentou as ações na colônia.

No Brasil, o vocábulo fundamentou a conquista e os projetos coloniais: de um lado, os colonos e as tentativas de transformar o gentio em escravo; de outro, os jesuítas e a necessidade de convertê-los e submetê-los a uma tutela. As representações pictóricas do índio ressaltam os aspectos do barbarismo e reafirmam o estereótipo, servindo aos colonizadores como princípio moral para a intervenção na América. (RAMINELLI, 1996, p. 57).

No Brasil, esta construção de um conceito que amalgamasse esta diversidade dos povos indígenas se configurou no termo *índio*, este criado como mecanismo de controle pelo Estado como afirma Eduardo Viveiros de Castro (2017). Para a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, este olhar europeu definiu as relações e “Em qualquer ensaio sobre o negro, o índio, o judeu, e o cigano, dentre outros grupos étnicos, o olhar europeu é fator determinante da construção da imagem do Outro, e é a chave para as interpretações” (CARNEIRO, 2018, p. 267). Esta chave, da qual fala a autora, em se tratando do indígena no Vale do Itajaí, nos remete invariavelmente para os processos iniciais de colonização e atração de imigrantes europeus no século XIX; estes possuidores de alguns requisitos exigidos pelo império para o projeto de nação que se desenhou após a independência, além de brancos europeus, deveriam ser adeptos do trabalho na agricultura de pequena propriedade, aplicando métodos inovadores; a política de atração destes imigrantes, contrastava com a presença de indígenas. Esta forma contrastiva de ver e agir com este outro, não somente ver, mas nomear e buscar um lugar para ele nesta nascente sociedade colonizadora, no Vale do Itajaí, se converteu para o que Luiza Tombini Wittmann nomeou de antidesejo (WITTMANN, 2027). Este cenário se desenrolou paralelo para com dois acontecimentos de ressonância, a Guerra do Contestado da região Meio-Oeste de Santa

³ O termo índio é utilizado como um conceito criado pelo projeto colonial no esforço de construir uma identificação de indígena genérico que dentro das esferas de poder teria sido submisso aos interesses dos projetos da colonização.

Catarina, que previa entre outras ações, expulsar da terra, caboclos e indígenas; outro fator, este de nível mundial, foi a participação de representantes brasileiros no Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911 que projetava um Brasil branco em cem anos (SCHWARCZ, 1993).

Esta chave de compreensão fica mais evidenciada quando se revela no imaginário do colonizador, a forma como este se impõe sobre o outro, logo no século XVI. Para Adauto Novaes, este imaginário foi o ato fundador da conquista, “Essa maneira de agir era parte da constituição do próprio pensamento europeu: à medida que tomava consciência de si mesmo, precisava forjar seu Outro” (NOVAES, 1999, p. 11). Sergio Paulo Rouanet, analisando *O mito do bom selvagem*, nas colônias francesas do Rio de Janeiro a partir das experiências do calvinista Jean de Léry e do franciscano André Thévet, onde este último, iniciou esta forma de ver e se relacionar com o indígena, com este outro, como uma forma de contrastar com algumas práticas europeias, com o objetivo de apresentar o indígena como sujeito com práticas mais elevadas moralmente, na verdade, o que se objetivou foi mais um olhar para si, para algumas práticas do *Velho Mundo*, do que para o indígena propriamente dito.

É que não se trata de descrever etnograficamente a especificidade da outra cultura, mas de ver nela o avesso da própria cultura, para polemizar contra ela. Se invertermos as virtudes atribuídas aos índios, encontraremos os vícios europeus: rancor, dissimulação, espírito vingativo. (ROUANET, 1999, p. 423).

Para o autor, este início de uma relação com o que seria este outro do europeu, o indígena, e a exaltação de algumas de suas virtudes, estiveram assim mais vinculadas às relações entre os próprios europeus e suas perspectivas e expectativas da própria sociedade europeia. A construção deste indígena enquanto outro, se deu a partir de si, mas, não a partir de livre escolha, o imigrante europeu ao chegar no Vale do Itajaí no século XIX, já possuía séculos de descrições para com os indígenas, descrições estas, se alterando de acordo com o interesse de cada narrativa alimentada pelo movimento de cada contexto e principalmente de cada projeto colonizador. Mas para a introdução da colonização no Vale do Itajaí, o imigrante atravessou o Atlântico já com uma função a desempenhar, e suas projeções já estavam dadas, a sua distância para com o indígena se dera através de grupos antagônicos e impossibilitados de coabitarem o mesmo território, o que foi desenvolvido como mecanismo geopolítico de colonização. Darcy Ribeiro, o renomado antropólogo mineiro, esteve entre os Laklãnõ na metade do século XX, por tanto, contemporâneo de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann⁴ e também

⁴ Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, foi funcionário do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, e é reconhecido regionalmente como o “pacificador do Xokleng”, quando em 1914, articulou o encontro com parte do grupo indígena, e a partir deste processo se iniciou a sua sedentarização.

de algum dos indígenas mais próximos de suas formas de vivência antes do Contato⁵, e em sua publicação, *Os Índios e a Civilização*, afirmou que:

O espírito humano tem certas exigências e o colono precisava ver no índio um animal feroz para poder caçá-lo com a consciência tranqüila. A ele não se aplicava às atitudes humanitárias, sentimentais, que aquela mesma gente demonstrava de tantos outros modos. (RIBEIRO, 1979, p. 108).

Este imaginário criou um indígena irreal, mas de acordo com os interesses dos artífices da colonização; se movimentando, se reconfigurando, este imaginário precisou se adequar as demandas de cada contexto, assim, o Laklãnõ foi nomeado de diversas formas, sendo representado de diversas maneiras, onde o objetivo era dar-lhe um lugar na sociedade, mesmo que este, por vezes tenha sido um não-lugar e materializado através do extermínio promovido de forma sistemática pelos bugreiros. Invisibilizado com o conceito de Vazio Demográfico no início da ocupação do território por parte da colonização, passou a ser combatido à medida que esta se expandiu, e por fim, sedentarizado após Contato⁶. Estes deslocamentos geográficos foram acompanhados pelos deslocamentos de sua própria nomeação, configurando assim um lugar na sociedade regional para o indígena, mas não de forma aleatória, mas sim criada pelos idealizadores do projeto colonizador no Vale do Itajaí, estes deslocamentos foram antes de tudo, por tanto, um projeto.

No regime imperial, os relatórios da Colônia Blumenau, as cartas e demais documentos que circularam na província de Santa Catarina no final do século XIX, nomearam o indígena como bugre, botocudo, selvagem, o que carregava também seus adjetivos como violento, traiçoeiro ou ainda assaltante. Em dezembro de 1850, poucos meses após a fundação da Colônia Blumenau, o próprio Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, em solicitação ao Presidente da Província de Santa Catarina, José Antero de Brito, solicitou um destacamento militar para proteger seu empreendimento, do que ele nomeou de *assaltos dos índios bugres* (BLUMENAU, 2000). No início do século XX, em 1917, portanto, no regime republicano o diretor da Colônia Hansa-Hammônia, José Deeke, publicou *O Município de Blumenau e a História de Seu Desenvolvimento*, neste, o autor elaborou um levantamento dos embates entre indígenas e sujeitos da colonização, isto desde o início da colonização até a presente data. Estes sujeitos foram descritos como tropeiros, colonos, já os indígenas foram tanto nomeados de índios, como de bugres, e sendo descritos como sujeitos que promoveram *assaltos, raptos e mortes* (DEEKE, 1995).

⁵ Contato é o termo utilizado pelo Laklãnõ para designar seu protagonismo, em relação a sua aproximação com funcionários do SPI em 1914. A sociedade regional e parte da historiografia denominam este momento de Pacificação, onde inversamente, o protagonismo está focado no projeto estatal de sedentarização indígena.

⁶ Para maiores detalhes do conceito de Vazio Demográfico como estratégia geopolítica da Província de Santa Catarina, ver obras de Silvío Coelho dos Santos.

Em 1808 com a instalação da monarquia portuguesa no Brasil, a relação entre território e população se alterou, e a ocupação portuguesa passou a reconfigurar o espaço, onde a repressão aos indígenas se intensificou (CARNEIRO DA CUNHA, 1992; MOREIRA NETO, 2005). Ainda naquele ano, a declaração de guerra justa para com alguns grupos indígenas, entre eles o Botocudo, dos campos de Guarapuava, e Lages, e a escravização dos indígenas capturados, esteve entre os ideais; fato que seria completamente impossível entre os portugueses e seus adversários europeus das tropas napoleônicas no mesmo período (MENDES, 2018). Esta realidade escancarou o projeto do império e sua relação com o indígena. A revogação em 1831 desta declaração de guerra justa, não determinou necessariamente um período de paz para os indígenas, mas como afirma Fernanda Sposito (2011), a sua presença se tornou um tema controverso, uma vez que os indígenas não eram considerados cidadãos no império, e passaram a ocupar um lugar incômodo para a monarquia e suas províncias. Quando houve interesse de considerar estes indígenas cidadãos, o foram mais em função da tentativa por parte do império de dissolver a sua identificação de indígenas aldeados, visando acabar com o seu direito à terra (MOREIRA, 2010). Dentro deste cenário, Beatriz Perrone-moisés (1992) nos mostra que nestes dualismos, o império construiu a política indigenista, cindida entre os Tupi e os Tapuia. Como forma de dissolver a categoria indígena no pós-independência, o projeto de assimilação ganhou corpo e sendo fortemente reverberado entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, onde a publicação de sua revista, denotou estas estratégias (MOTA, 1998), e surgiu também, inclusive na obra de Gonçalves Dias (CARNEIRO DA CUNHA, 1990). Pesquisando os indígenas no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, Maria Regina Celestino de Almeida remonta as lutas dos indígenas para serem reconhecidos como indígenas aldeados, fato que conferia alguns direitos, isto em resistência ao projeto assimilacionista e sua integração ao que ficou marcado como uma categoria de mestiço (ALMEIDA, 2008).

Sobrevivendo ao século XIX, ao projeto de colonização e as investidas dos bugreiros, os Laklãnõ adentraram o século XX promovendo resistência aos violentos projetos de invasão de seu território. Com a sedentarização após o Contato de 1914, houve o início de uma série de pesquisas de caráter acadêmico para com este povo, e estas sobre diversos prismas, e sobre diversas perspectivas, tendo em vista em se tratando de mais de um século de levantamento de dados e análises. Se no final do século XIX o indígena no Brasil foi estudado dentro do universo das ciências biológicas, no início do século XX a crença dos pesquisadores pairava sobre a sua total integração na massa do povo brasileiro, a sua história seria então a do seu completo desaparecimento. Dentro desta esfera, a coleta dos mais diversos vestígios, desde artefatos e fotografias, tudo o que poderia ser arquivado ou musealizado foi objeto desta corrida pela fossilização de grupos que se acreditaria estariam prestes a desaparecer. Realidade superada no Brasil após a tomada de consciência do seu crescimento

demográfico com a retomada democrática em 1988; este cenário influenciando e sendo influenciado na forma do *branco* produzir uma descrição do indígena⁷. O antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima, lançou estas questões ao pesquisar os projetos de pacificação enquanto movimento atrelado a formação do estado nacional republicano.

Que sociedade, que Estado e que nação surgiriam, pois, da invasão e do confronto entre conquistador e conquistado? Consequentemente, quais as continuidades e distanciamentos dados a cada novo povo indígena *pacificado*? O que é o *índio*, termo apropriado para ser matéria de incidência de um conjunto de práticas e representações governamentalizadas? (LIMA, 1995, p. 67).

Se estas questões promoveram um desconforto, elas também exigiram respostas, mesmo que momentâneas e transitórias. Sobretudo após o Contato do Laklãnõ. No Congresso Internacional de Americanistas, de 1922, realizado no Rio de Janeiro, José Maria de Paula, que havia assumido a função de Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, convivendo com os Laklãnõ entre 1912 e 1922, não somente corroborou com a nomeação do Laklãnõ de Botocudo, mas lhe atribuiu uma ancestralidade, onde este seria um Tapuia, pertencente aos antigos Aymorés (PAULA, 1924). Assim, não somente o presente do Laklãnõ era explicado como um indígena arredo, mas também seu passado. Ao dimensionar o Brasil como um todo, é preciso alocar a expansão dos bandeirantes que circulando o território, buscando pedras preciosas e escravizando o indígena, e com estas mulheres, copulando, deixando prole, se mesclaram com o próprio indígena por onde passaram e aprenderam seus idiomas, seus conhecimentos do território. Herdeiros destes bandeirantes, os paulistas atuais, moldaram sua identificação pautada nesta mescla com o indígena (MONTEIRO, 2001). Por vezes reconhecidos atualmente como homens desbravadores, e retratados como verdadeiros heróis, a aproximação do bandeirante com os indígenas é inegável.

Realidade diversa no Vale do Itajaí no início da ocupação do território por parte dos europeus a partir da metade do século XIX – o distanciamento entre alemães e indígenas foi prática geopolítica de ocupação do território, fator onde não somente o afastamento do indígena, mas de todos os outros grupos, mantendo as colônias isoladas e a cultura alemã, assim preservada, principalmente na Colônia Hammônia, esta instalada na última década do século XIX (RICHTER, 1992). No entanto, como prática, o distanciamento do sujeito alemão, e a construção de uma sociedade quase que formada por classes étnicas, foi configurado na própria construção do ofício do bugreiro, onde seu recrutamento sintetiza esta escalada da divisão dos grupos sociais e suas funções, sendo que ao garantir que os

⁷ Neste cenário, é notável a atuação de Albert Vojtech Frič. Antes mesmo do Contato de 1914, o naturalista e etnólogo, tcheco, Albert Vojtech Frič, encarregado de promover a pacificação do Laklãnõ, no Vale do Itajaí através da Liga Patriótica para a Catechese dos Selvícolas de Santa Catarina apresentou uma comunicação com caráter de denúncia no XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, na Áustria em 1908, onde apresentou as diversas violências sofridas por este povo em nome da colonização. (SANTOS, 1997; 2007).

alemães se afastassem, inclusive desta função, pois os bugreiros eram geralmente lusos brasileiros, o que segundo Silvio Coelho dos Santos (1997) nomeou de *caboclos*, o projeto da colonização buscou sua afirmação através da efetivação de vários racismos.

AUTOIDENTIFICAÇÃO LAKLÃNÕ

Se o binômio Tupi/Tapuia definiu os diversos povos indígenas, que para os colonizadores, se resumiram em quais destes estiveram de algum modo vinculados aos projetos de colonização e quais promoveram formas de resistência, se questiona: como estas nomeações para o indígena foi assim sendo construída e estabelecendo lugares sociais ao longo do tempo no Vale do Itajaí? Se a colonização na região se expandiu infestando as matas de bugreiros, fator este, sendo denunciado internacionalmente, a sedentarização e seu dúbio termo que permanece até nossos dias Contato/Pacificação, não pacificou o passado. O panorama do início do século XX, reposicionou a região, na construção de uma identificação nacional sob o viés das discussões sobre o branqueamento da população brasileira como um todo. A rigor, o processo de construção de uma identificação brasileira se arrasta desde a independência.

A independência trouxe, para os colonos que iriam assumir a tarefa de construir uma nação, o duro desafio de conciliar uma identidade americana, mestiça, com as práticas de exclusão das populações indígenas e negras. Vários escritores, com destaque para José Bonifácio, buscaram enfrentar a questão, traçando planos e projetos de nação que contemplavam, em maior ou menor grau, a inclusão dos segmentos desclassificados. (MONTEIRO, 2001, p.131).

Diferentemente dos bandeirantes e suas práticas de cópula com as mulheres indígenas, e o que não se reduz somente ao estado de São Paulo, mas toda a região da influência das *bandeiras*, no Vale do Itajaí, o isolamento das colônias europeias no século XX, e o projeto de atração de imigrantes para a Colônia Hammônia acoplado ao projeto de branqueamento, reforçou ainda mais este retraimento. Fato evidenciado no contrato entre o governo de Santa Catarina, e a Companhia Hanseática de Colonização em 1895, onde foi elaborado sob o decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890, que *Regularisa o serviço da introdução e localização de immigrants na Republica dos Estados Unidos do Brazil*, que proibia a entrada de asiáticos e africanos no Brasil, realidade que perdurou até 1907 com o decreto nº 6.455, onde estas restrições foram dissolvidas⁸. No entanto, a Companhia Hanseática de Colonização remodelou o seu contratado com o governo de Santa Catarina, e entre estas alterações, constavam a manutenção da proibição da entrada do que o documento denominou de *pretos* (RICHTER, 1992).

⁸ Para maiores informações sobre os projetos de atração de imigrantes, o branqueamento da população brasileira ver LESSER, Jeffrey. **A Invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. 1ª ed. São Paulo, Editora UNESP, 2015. trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres.

Sedentarizados, sob os auspícios do SPI, e parte de um projeto laico, os Laklãnõ possuíam uma nomeação, e uma ancestralidade naquele momento como afirmado por José Maria de Paula no Congresso Internacional de Americanistas, de 1922. Entre os anos de 1932 e 1934, o antropólogo Jules Henry, conviveu com os indígenas no Posto Platê, construindo uma pesquisa, e consequente publicação onde abordou os aspectos da vida Laklãnõ neste momento de transição, onde uma geração se encontrava deixando sua forma de vida tradicional, para se sedentarizar, e outra nascia já neste novo cenário. Nas palavras do arqueólogo Rodrigo Lavina, Jules Henry deu a maior contribuição quanto a pesquisa do povo Laklãnõ em sua fase tradicional, onde nos anos sessenta concluiu de que o Laklãnõ deveria se denominar Kaigang, isto, em função, de ambos os grupos possuírem idiomas que denominou de *aparentados* (LAVINA, 1994).

Ainda nos anos sessenta, em se tratando deste processo de nomeação do Laklãnõ, um fato notável ocorreu, principalmente em se tratando do estado de Santa Catarina, o historiador Ruy Christovam Wachowicz, certamente influenciado pela *Crônica da Extinção*, onde a ideia recorrente era do desaparecimento total do indígena no Brasil, apresentou em 1969, no IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, a comunicação *A imigração e os botocudos (Xoklêng) do Taió*, e nesta, reconheceu o Laklãnõ, como um caboclo (WACHOWICZ, 1969). Após a Guerra do Contestado (1912-1916), o termo caboclo ganhou uma conotação pejorativa que definia os sujeitos pelo fenótipo, quase sempre afro-brasileiros, empobrecidos, ocupando os mais baixos níveis dos estratos sociais, vivendo nos grotões e faxinais do Oeste, e Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, regiões onde o conflito ocorreu, mas também sendo um termo utilizado negativamente para pessoas que de alguma forma não se enquadravam nos estereótipos dos colonizadores de raízes europeia.

Na metade do século XX, a ideia de um indígena em vias de desaparecimento e sua *Crônica da Extinção*, levou pesquisadores a buscarem respostas, onde conceitos como caboclo foram assim ganhando espaço em uma realidade onde os avanços da ocupação do território por parte das cidades e da agricultura, fato que levaram os indígenas proporcionalmente e terem mais contatos com a sociedade envolvente, por muitas vezes se aproximando de práticas da vida urbana, e abandono da vida na aldeia. Escrito entre 1958 e 1959, o antropólogo e então funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, Roberto Cardoso de Oliveira, publicou *Do Índio ao Bugre a assimilação dos Terêna*, isto “(...) numa tentativa de entender o que nos parecia na época tratar-se de um *caso limite* de ser ou não ser índio no Brasil” (OLIVEIRA, 1976, p. 07). Esta mobilidade em que o autor expõe as alterações das quais, parte dos Terêna foram submetidos neste período, e o tornar-se bugre, segundo o autor se configurou em uma categoria subalterna na sociedade regional. Ao procurar adentrar nesta sociedade, sobretudo a partir da vida nas cidades, estas as mais próximas as suas aldeias no Mato Grosso, o

Terêna era identificado como um sujeito não possuindo as características indígena, mas, no entanto, também não era um cidadão pleno de seus direitos – era o *bugre*, um sujeito que desprovido da terra indígena, não possuía cidadania, e ações de discriminação e preconceito se faziam presente nas cidades. Em muitas situações, bugre, caboclo, foram categorias das quais a sociedade regional passou a identificar o indígena neste período. Em 1973, o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, ao acompanhar a experiência Laklãnõ, apontou os perigos e dificuldades que o indígena enfrentaria ao se aventurar em uma transição identitária.

Verdadeiramente, os integrantes desses contingentes marginais (caboclos), na sua penúria diária, lembram ao índio que a sua situação será semelhante se pretender abandonar sua vinculação étnica e sua tradição cultural. (SANTOS, 1973, p. 291).

O antropólogo catarinense fez este apontamento desta linha tênue entre ser indígena e a fronteira que existe entre a sociedade envolvente e a marginalização de grupos menos favorecidos da sociedade. Através de muitas pesquisas de campo e documental, e conseqüentemente com muitas publicações, Sílvio Coelho dos Santos (1973), se utilizou do termo Xokleng, e que significa “aranha que vive nas taipas de pedra”, o que obteve dimensão não somente no mundo acadêmico, mas também na sociedade regional, com notícias de jornais ao longo do século XX e início do século XXI estabelecendo esta denominação como que a consensual entre a própria comunidade indígena. Com o início do século XXI e a possibilidade de outros debates, inclusive sua própria identificação, o termo Xokleng passou a ser reelaborado pelos próprios indígenas; sendo colocado como um termo em transição pelo professor Laklãnõ, Nanblá Gakran em 2014, “O termo Xokleng será usado até se chegar a um consenso quanto ao novo nome, o qual passará, então, a constar nos livros, dicionários e outras publicações” (GAKRAN; MARKUS, 2014, p. 09). E dentre os nomes levantados, surge o Laklãnõ, “No processo de valorização dos mitos e das histórias, têm surgido alguns nomes, entre os quais LAKLÂNÕ, que está sendo cogitado como possível autodenominação do grupo” (GAKRAN; MARKUS, 2014, p. 09). O termo Laklãnõ, por sua vez, significa “gente do sol”, “gente ligeira” ou “povo que vive onde nasce o sol”, segundo Nanblá Gakran (2005). Estas disputas pela autoidentificação Laklãnõ atualmente, nos diz Juliana Salles Machado estão associadas aos elementos culturais, e também a sua relação com o externo, e que além das memórias também possui compromisso com as lutas políticas e o horizonte de futuro (MACHADO, 2103; 2017).

O antropólogo Alexandro Machado Namem (2020), citando Greg Urban, quando este último aponta o faccionalismo de três subgrupos do que então seria denominado de botocudo, sendo o Rakranò contatado em setembro de 1914 no rio Platê, afirma que “‘Laklanõ’ é o termo com o qual os botocudo também têm se autodenominado há pelo menos duas décadas – o que remete à facção rakranò proposta por Urban (1978) [...]” (NAMEM, 2020, p. 48). Ainda para este autor, o grupo

Ngrokòthi-tõ-prèy pertence aos indígenas contatados nos arredores de Porto União de 1912, e os Angyidn possivelmente o grupo que teria migrado para a Serra do Tabuleiro do qual não se teria mais notícias (NAMEM, 2020). A partir desta perspectiva, muitos estudiosos, denominam o grupo como um todo de Xokleng, e cada faccionalismo, a partir de sua característica; sendo a facção Rakranò, ou Laklãnõ habitando a região de Ibirama, e a partir destas denominações utilizando o termo Xokleng Laklãnõ, a facção habitante da Terra Indígena em Rio dos Pardos, em Porto União denominada de Xokleng Ngrokòthi-tõ-prèy, nesta perspectiva antropológica, Xokleng é o grupo, e Laklãnõ a facção, havendo outros Xokleng além do Laklãnõ. Recentemente em sua dissertação de mestrado em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Walderes Coctá Priprá, professora e membro do povo Laklãnõ, reflete sobre estas identificações e representações que ao longo do tempo marcaram o seu povo.

Na literatura da época, muitos são os nomes dados a esse povo como: Botocudos, Aweikoma, Xocrén, Kainkang, Xocrén e Bugres. Mas nenhum desses nomes são reconhecidos pelo povo, que atualmente se autodenomina como Laklãnõ, que significa povo que caminha em direção ao Sol ou povo do Sol. (PRIPRÁ, 2021, p. 16-17).

A definição proposta por Walderes Coctá Priprá, e o termo Laklãnõ passa a ser utilizado dentro desta construção histórica da qual os indígenas atualmente assim se compreendem e identificam. Termo este sendo utilizado não somente como uma conotação antropológica, mas sim um termo de autoidentificação em contraposição a outros, dos quais a sociedade regional por vezes assim os nomeou, e como visto, também atrelados para com ações negativas que mais interessaram ao projeto colonial do que ao indígena. O povo que caminha para o sol se identifica, e por mais que esforços tenham obscurecidos esta busca, estas que vão desde a sua invisibilização, descrita no termo Vazio Demográfico, passando pelas ações de bugreiros, o Laklãnõ sempre lutou pelos seus direitos, e ao se autoidentificar, grafa seu nome e sua posição nesta caminhada. Por tanto, o termo Laklãnõ surge como um termo do qual esta autoidentificação se refere ao que a sociedade envolvente denominou do que lhe foi conveniente, de selvagens, ou ainda botocudos – descritos nas guerras justas, nos relatórios de gestão do Estado, são vistos aqui como se descrevem, como Laklãnõ, e que também traz seu adjetivo, não mais assaltante ou assassino, mas um indígena que caminha em direção ao sol, a luz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na historiografia indígena não basta preencher o vazio, mas revisitar as imagens e representações que o indígena recebeu ao longo do tempo em função dos interesses dos centros de poder, conferindo a este indígena um lugar na sociedade. Tal como afirmou John Manuel Monteiro,

“Portanto, o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram um lugar-comum nas representações do passado brasileiro” (MONTEIRO, 1999, p. 239). Esta tarefa, como coloca o historiador, se faz a partir das esferas dos centros de poder; de colônia a república, a relação destas com o indígena foi moldada a partir de interesses, onde a representação do indígena surgiu mais como uma vontade do que como a realidade.

A autoafirmação indígena com seu conceito de Laklãnõ aponta não somente o poder de se autoafirmar, mas assim como o conceito de Contato marcando posição em relação ao passado em contraponto ao conceito de Pacificação, sinaliza para esforços dos indígenas em apresentar uma leitura da história. Esta, apresentando sujeitos e ações das quais ficaram obscurecidas no universo regional em nome de uma europeização que agora à luz do sol Laklãnõ, o povo busca irradiar novas narrativas e novos espaços.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Índios e Mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes**. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, v. 16, p. 19-40, 2008.

BLUMENAU, Hermann. Dr. Blumenau e sua proposta de colonização. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau/SC, Tomo XLI, n. 09/10, p. 09-35, set./out. 2000.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. *On line*. Disponível em: < <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf> >. Acesso em 20 nov. 2023.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. *In: História dos índios no Brasil* (org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP 1992, p.133-154.

_____. **Imagens de índios do Brasil: o século XVI. Estudos Avançados**, 4 (10), 1990, p. 91-110.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Testemunhos de Hercule Florence: imagem da vida, cultura e morte dos índios no Brasil**. *In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; ROSSI, Mirian Silva* (organizadoras). *Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte*. Organização de Maria Luiza Tucci Carneiro e Mirian Silva Rossi. Mensagem de Antonio Florence. – São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2018. p. 257-274.

DEEKE, José. **O Município de Blumenau e a História de Seu Desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

GAKRAN, Nanblá. **Aspectos Morfossintáticos da Língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”**. 2005. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GAKRAN, Nanblá; MARKUS, Cledes. **Ag vê tê káglêl mû – Nosso Idioma Reviveu**. Livro de leitura do Povo Xokleng/Laklãnõ. Organizadores Nanblá Gakran e Cledes Markus. 2º ed. – São Leopoldo: Oikos, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etno-História e Sugestões para arqueólogos**. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 1994. Dissertação de mestrado.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Antônio Carlos de Souza Lima. – Petrópolis: Vozes, 1995.

MACHADO, Juliana Salles. **Arqueologias Indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar**. Revista de Arqueologia Nº 1, v. 30, p. 88-119, 2017.

_____. **História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa**. Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2013. São Paulo: SAB, 2013, V. 26, Nº 1. p. 72 – 85.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **O Genocídio Kaingang e a Metáfora da Guerra: sertão do Bauru, 1856-1912** In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; ROSSI, Mirian Silva (organizadoras). **Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte**. Mensagem de Antonio Florence. – São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2018. p. 217-240.

MONTEIRO, John Manuel. **Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios**. In: NOVAES, Aduino (Org.). **A outra margem do ocidente**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

_____. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001. 233f. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Os índios e a ordem imperial**. Brasília, CGDOC/FUNAI, 2005, p. 247.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império** (*Vila de Itaguaí, 1822-1836*). Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 127-142.

MOTA, Lúcio Tadeu. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional**. Diálogos: Revista do Departamento de História da UEM. (ISSN 1415-9945). Maringá, v. 2, n. 2, p.149-175, 1998.

NAMEM, Alexandro Machado. **Os Botocudo no Vale do Itajaí, Santa Catarina**. Alexandro Machado Namem. – 1 ed. Blumenau: Edifurb, 2020.

NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 07-14.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna**, prefácio de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

PAULA, José Maria de. **Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos silvícolas sob a inspeção do Dr. José Maria de Paula**. *Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas*. V 1. Rio de Janeiro, 1924.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuel Carneiro (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992. p. 115-132.

PRIPRÁ, Walderes Coctá. **Lugares de Acampamento e Memória do Povo Laklãnô/Xokleng, Santa Catarina**. 2021. 130f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: A representação de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. 2º ed. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

ROUANET, Sergio Paulo. **O mito do bom selvagem**. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 415-438.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Ensaio Oportuno**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras e Nova Letra, 2007.

_____. **Índios e Brancos no Sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme. 1973.

_____. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis, Santa Catarina/UFSC. 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPOSITO, Fernanda. **Liberdade para os índios no Império do Brasil**. A revogação das guerras justas em 1831. ALMANACK, v. 1, p. 52-65, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os involuntários da pátria: elogio ao subdesenvolvimento**. Edições Chão da Feira Caderno de Leituras / Série Intempestiva Projeto gráfico - Mateus Acioli Maio de 2017.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969, p. 495. Respostas às intervenções dos simposistas. Acesso: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/5-snh04?start=160>. Data 26 de jun. de 2023.

WITTMANN, Luiza Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC, (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.